



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7008 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT16 - Educação e Comunicação

**DIÁLOGOS ENTRE GESTORES ESCOLARES E DOCENTES NO WHATSAPP:  
TENSÕES E DESAFIOS PARA GARANTIR O DIREITO À EDUCAÇÃO.**

Jomária Alessandra Queiroz de Cerqueira Araujo - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Cristiane Regina Dourado Vasconcelos - Universidade de Coimbra

**DIÁLOGOS ENTRE GESTORES ESCOLARES E DOCENTES NO WHATSAPP:  
TENSÕES E DESAFIOS PARA GARANTIR O DIREITO À EDUCAÇÃO.**

Palavras-chave: Direito à Educação; Educação Pública; Ferramenta de Comunicação Institucional; Processos Formativos.

## 1 INTRODUÇÃO

A Pandemia da COVID 19 endossou uma discussão há muito estabelecida no meio acadêmico: a garantia do direito à educação nas redes públicas de ensino. Esse direito, que não se restringe ao simples acesso, manifesto nas estatísticas de matrícula e permanência, situa-se também sob o viés da qualidade da educação que é ofertada.

O cenário de súbitas restrições das relações sociais fez emergir elementos do cotidiano escolar, que denotam as desigualdades estruturais existentes nos diversos contextos das redes privadas e públicas de ensino.

Embora estes contextos estejam pautados sobre uma mesma legislação, diante da crise sanitária instaurada, eles são contrapostos pelas dualidades: teoria e prática; formação para a cidadania e reprodução para o mercado de trabalho; eficiência e insuficiência; acesso e acessibilidade.

Conquanto a palavra acessibilidade esteja associada comumente às condições de mobilidade de pessoas com deficiência, neste texto, ela é adotada como sinônima da condição de quem não só alcançou uma posição, neste caso de aluno, mas de quem pôde participar da construção dos próprios caminhos.

Neste sentido, o texto foi construído a partir da identificação e classificação de inquietações de gestores escolares e docentes de uma escola pública frente à demanda de

construir mecanismos que assegurassem a continuidade dos processos formativos no ano letivo, interrompido abruptamente em março de 2020.

Os caminhos metodológicos escolhidos para identificar e classificar essas inquietações, bem como, analisar a frequência das mensagens e a participação dos profissionais trilharam as linhas da Análise do Discurso<sup>[1]</sup>, cuja fonte de coleta de dados foi realizada através do acesso às mensagens postadas num aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e de chamadas de voz, usado de forma compartilhada em um grupo institucional, criado há, pelo menos, dois anos, pelo principal gestor da escola. Salientamos que foram considerados os aspectos multimodais das práticas discursivas postadas via aplicativo.

Desta maneira, a escolha por essas linhas metodológicas e interpretativas está fundamentada no fato de que,

“O processo de análise discursiva tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação; podem ser entrecruzadas com séries textuais (orais ou escritas) ou imagens”. (CATALINA; CAREGNATO; MUTTI, 2006. p.680).

Desta forma, utilizamos como fonte de coleta de dados mensagens trocadas entre os gestores escolares e docentes, através do aplicativo WhatsApp, reconhecido como mais uma ferramenta comunicacional do mundo contemporâneo. As informações coletadas no grupo formado por estes profissionais subsidiam, portanto, a pesquisa empírica, triparte da pesquisa descritiva elaborada com o objetivo de identificar as tensões e os desafios imbricados no cotidiano escolar, diante da necessidade de prover o ensino em meio à Pandemia.

Assim, as mensagens coletadas e analisadas para esta pesquisa possuem como marco temporal o período entre 18 de março de 2020, dia em que foi instaurado o estado de isolamento pelas redes públicas e privadas de ensino em Salvador e 18 de julho de 2020, data escolhida como recorte para a escrita deste texto.

Para além da pesquisa de campo, foram realizados também a revisão de literatura e a pesquisa documental, fundamentais para contextualizar a temática nas dimensões acadêmicas e jurídicas, fundantes das políticas educacionais.

Sem embargo, salientamos que os princípios éticos da pesquisa são traços marcantes deste texto, já que, não se farão referências que possam identificar a unidade escolar ou o grupo de profissionais aos quais pertencem os diálogos. Nesta perspectiva, enfatizamos que não há intenção de qualificar os diálogos, nem as estratégias discutidas na direção de assegurar o direito dos alunos de escolas públicas à educação, mas de aproximar o leitor da realidade vivenciada por docentes e gestores, na luta diária e ainda mais cruel, própria do exercício de suas funções.

## **2 DIREITO À EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PÚBLICA**

O direito positivado à educação tangencia a vocação ontológica do ser humano à

medida que enfatiza a sua distinção dos demais seres vivos, manifesta, entre outras características, pelo caráter social e transformador das relações humanas em direção à emancipação. Isso se dá, uma vez que, a educação, “deve contribuir para criar condições em que os indivíduos, socialmente, conquistem a autonomia” (VIANA, 2005, p. 5). Isto revela o caráter político e não apenas natural dos direitos positivados, através do qual, podemos compreender a dinâmica e a evolução histórica das conquistas jurídicas, materializadas nos dispositivos constitucionais, infraconstitucionais[2] e programáticos[3], que estabelecem as prerrogativas dos direitos.

Neste sentido, a educação formal e especialmente a escolar se estabelece como um direito social e cultural que permite o pleno exercício da cidadania e se constitui como pressuposto básico para o exercício de todos os outros direitos. Esta educação assume contornos ainda mais delineados nos vieses da emancipação à medida que é ministrada pelo Estado, principalmente em sociedades com elevados níveis de desigualdade social, como o Brasil.

Desta forma, a educação pública, estruturada sob fortes tensionamentos políticos, marcados pelos interesses das distintas classes sociais, é quase que exclusivamente restrita às rotinas presenciais operadas no chão da escola. O rompimento de tais rotinas, paralisadas pelo isolamento social próprio do momento, desestabilizou os sistemas educativos em suas dimensões macro e micro operacionais.

A desestabilização macro operacional dos sistemas está evidente na indiscutível insuficiência de infraestrutura dos órgãos responsáveis pela organização das dinâmicas escolares para prover as condições de continuidade do ano letivo sob os moldes improvisados, mas possíveis de uma educação remota, como o faz a rede privada de ensino.

Essa insuficiência estrutural dos órgãos responsáveis pode ser explicada pela incipiência e ingerência histórica de recursos, pelo predomínio dos interesses comerciais e particulares sobre os interesses públicos, pelo desalinhamento das propostas curriculares com os efetivos percursos formativos demandados pela evolução global de conceitos e procedimentos, manifestados pela ausência de, entre outras coisas, uma política efetiva que assegure o uso das tecnologias como ferramentas organizacionais e didáticas no cotidiano escolar.

Ao falarmos em política efetiva, referimo-nos aos procedimentos necessários para executar a letra da lei, disposta em ordenamentos jurídicos como o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (BRASIL, 2017) e a Política de Inovação Conectada (BRASIL, 2018) que preveem ações para a promoção da inovação tecnológica nos sistemas educativos a fim de ofertar o atendimento das demandas dos chamados nativos digitais[4].

Deste ponto de vista, migra, então, a desestabilização microdimensional, circunscrita na esfera das unidades escolares e manifesta: no despreparo dos educadores para o uso das tecnologias de informação e comunicação; na cruel condição social dos discentes que não dispõem de instalações domésticas adequadas ou de alimentação apropriada, de acompanhamento pessoal ou de dispositivos digitais para acompanhar as aulas remotas; da instabilidade emocional gestacionada pela abrupta ruptura da rotina e pela imprevisível obrigatoriedade de lecionar virtualmente (MOREIRA; HENRIQUES e BARROS, 2020), mantendo padrões de interatividade e qualidade.

### 3 FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E PROCESSOS FORMATIVOS

Frente a demanda de assegurar a educação pública, gestores e docentes lançaram mão de dispositivos móveis e aplicativos digitais, antes usados como repositório de orientações, para empreender e expandir o diálogo sobre as estratégias a serem adotadas diante do novo contexto. Assim, notou-se um fluxo e um direcionamento de mensagens com vistas a exprimir as angústias pessoais e profissionais impostas pela Pandemia.

Diante disso, a ferramenta de comunicação institucional passou a ser usada como um mecanismo formativo, no qual, foram compartilhadas experiências, métodos e recursos tecnológicos que pudessem preencher a lacuna da formação profissional.

Neste aspecto, os diálogos tecidos através do grupo de Whatsapp representam as possibilidades criadas por esta ferramenta de comunicação inovadora para o direcionamento de soluções. Essa evidência, por seu turno, apontou para o potencial das tecnologias digitais nos processos formativos e a escassa importância antes atribuída, dentro do planejamento pedagógico, às ferramentas digitais.

Inferimos, nestas linhas, o quanto tais ferramentas, se adotadas desde o início, por professores e gestores, para assegurar a comunicação e a partilha de formação docente e discente (ou de seus responsáveis), poderiam dirimir as incertezas e a letargia dos sistemas públicos para assegurar o direito ao ensino remoto, nova versão do possível.

### 4 DIÁLOGOS: TENSÕES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

#### 4.1 Contextos do grupo

O grupo de WhatsApp da escola em estudo é composto por vinte e três profissionais, distribuídos nos cargos de docência (19), gestão – diretor e vice-diretores (3) e coordenação (1).

Trata-se de uma escola da rede pública, que trabalha com as seguintes etapas de ensino: Ensino Fundamental I (primeiro ciclo) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), cuja oferta esta representada no quadro 1.

**Quadro 1:** Número de turmas e de alunos da unidade escolar.

Turnos	Turmas	Alunos
Matutino	7 turmas (do 1º ao 5º ano de escolarização e uma turma de fluxo).	175
Vespertino	6 turmas (do 1º ao 5º ano de escolarização).	120
Noturno	5 turmas (1º ciclo)	100

Fonte: Elaboração autoral

O lócus do grupo estudado abriga apenas as mensagens trocadas pelos professores, gestores e coordenador do turno diurno. Informamos que, no ano letivo em vigor, a escola iniciou suas dinâmicas com déficits no número de professores e coordenador, já que,

algumas vagas de professores, assim como, a vaga de coordenação pedagógica de um dos turnos, não estão preenchidas.

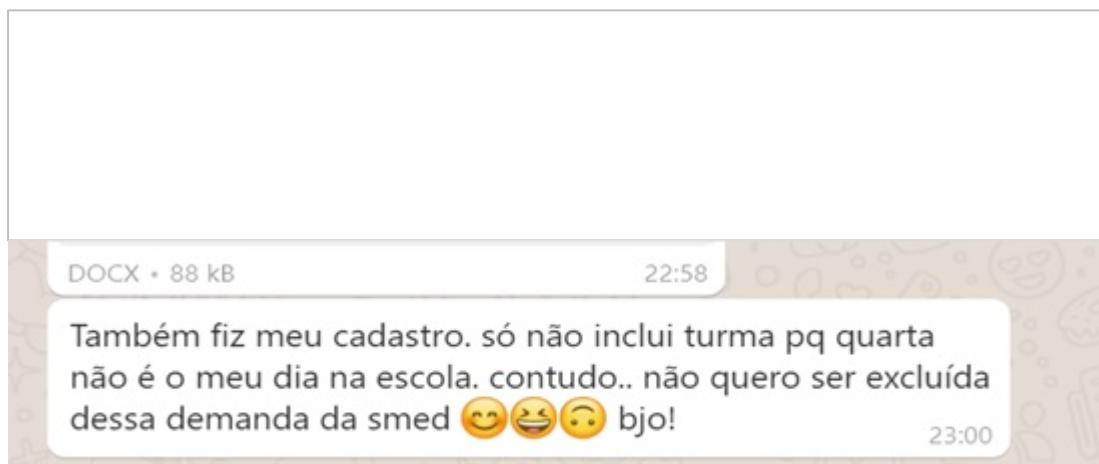
## 4.2 Resultados da pesquisa

A fim de melhor organizar a análise dos dados coletados, separamos os discursos em quatro blocos, limitados temporalmente no intervalo assim distribuídos: Primeiro bloco - de 18/03/2020 -18/04/2020; Segundo bloco - 18/04/2020 -18/05/2020; Terceiro bloco - 18/05/2020 -18/06/2020 e quarto bloco - 18/06/2020 -18/07/2020.

Assim, na análise do primeiro bloco, identificamos a postagem de 378 mensagens verbais e não-verbais, representadas pela escrita autoral ou repostagem de informações compreendidas em quatro direções: mensagens motivacionais (64), mensagens de aprovação ou reprovação de posicionamentos políticos (13), mensagens de orientação profissional ou formativa (26) e mensagens meramente informativas sobre o contexto da crise sanitária.

Quanto à modalidade das mensagens, identificamos postagens de figuras, emojis [\[5\]](#), memes, vídeos (20%), textos autorais, afirmações e questionamentos. A análise discursiva das mensagens deste bloco indica a forte presença do discurso multimodal (MARTINC e SALWAY, 2005), caracterizado pela mescla de palavras digitadas e o uso imagens (emojis), como resposta e ratificação de afirmações. Os emojis utilizados neste bloco revelam as inquietações dos membros do grupo de profissionais em questão, situadas na perspectiva da desorientação, preocupação, tristeza e insegurança pessoal e profissional, como podemos verificar na figura a seguir:

**Figura 1:** Postagem realizada em 23 de março de 2020.



Fonte: Figura autoral elaborada a partir da captura de tela.

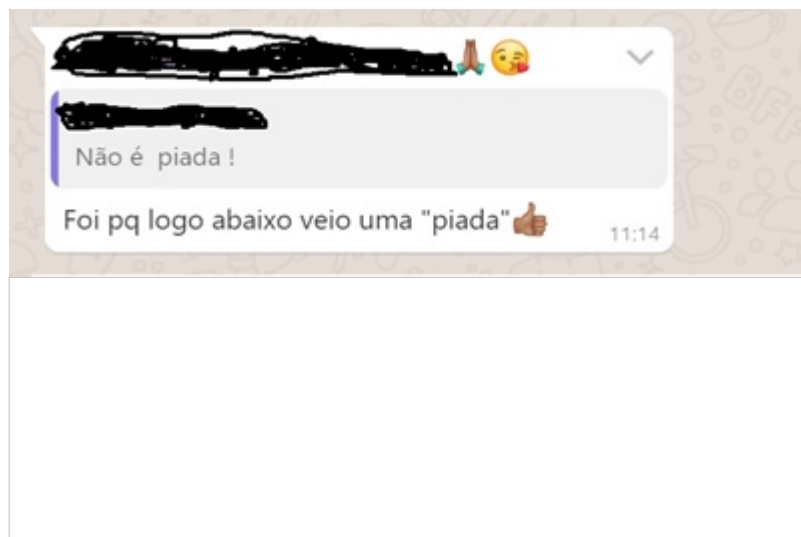
Nesta postagem, o integrante do grupo expõe seu interesse em participar de curso formativo ofertado pela mantenedora da unidade escolar. Esta é uma das poucas postagens que fazem alusão a orientações profissionais ou formativas no período correspondente ao primeiro bloco. A continuidade da análise mostra que, neste período, houve uma acentuada necessidade de garantir informações sobre formas de prevenção ao vírus, bem como, de disponibilizar palavras ou expressões que pudessem fortalecer a saúde psicológica dos participantes do grupo.

A figura alude também, por meio dos emojis utilizados, as possíveis emoções que influenciam o mensageiro na escrita de sua nota. Os emojis usados para representar essas emoções são, portanto, figuras que indicam em primeiro lugar, simpatia ou embaraço diante de um fato ou palavra. O segundo pictograma indica grande alegria ou satisfação, neste caso, por ter conseguido efetuar o cadastro na formação disponibilizada e o último ideograma indica um sentimento de descontração ou desorientação, próprio do período inicial do isolamento provocado pela Pandemia.

No contexto dialógico, os textos verbais representam uma condição de independência absoluta com relação à informação veiculada (FONTE; CAIADO, 2014). Entretanto, se publicados em um grupo com um fluxo constante de mensagens, a sequência de mensagens pode desorientar seu entendimento, sendo necessária uma confirmação do teor da informação, especialmente no momento em que, tornou-se cada vez mais frequente a difusão de informações falsificadas, conhecidas como “fake news”.

Este é o caso da figura abaixo que expressa a dúvida de um integrante quanto a veracidade de uma postagem. Nesta situação, o integrante questiona se a informação, ao passo que, outro integrante responde sobre a veracidade. Na sequência, a integrante questionadora justifica sua indagação afirmando que, a veracidade da primeira postagem não estava evidente dada a mensagem que a sequenciou.

**Figura 2:** Dúvida causada pela sequência ilógica e contínua de mensagens.



Fonte: Figura autoral elaborada a partir da captura de tela.

Este recorte de diálogo, constituído de texto multimodal, justifica a dúvida causada pela sequência ilógica das mensagens, no uso de duas modalidades linguísticas: verbal e a não verbal, representada pelo emoji.

Na sequência da análise dos blocos, notamos um gradativo direcionamento da temática dos diálogos, partindo de um ponto informativo e motivacional para um foco político- partidário e, então, para um foco formativo.

Esse direcionamento pode ser explicado porque, diante de condições tão adversas e inesperadas causadas pela Pandemia, espera-se que, os líderes políticos, à luz do poder e influência que exercem, possam indicar a direção das políticas educativas, a fim de dar

continuidade aos processos formativos discentes.

Neste sentido, nota-se uma sequência de postagens que fazem alusão às decisões políticas, nas diversas esferas governamentais, a exemplo de postagens de decretos que demandam a continuidade do isolamento social e a rota apontada pelos governos para empreender ações que assegurem o processo de ensino-aprendizagem, como sugere a figura a seguir:

**Figura 3:** Dimensão política educativa das postagens.



Fonte: Figura autoral elaborada a partir da captura de tela.

Deste modo, os integrantes do grupo, sem perceber, construíam uma linha histórica das normas e orientações jurídicas que condicionam as práticas educativas no período. A identificação desta linha pode ser efetuada com a releitura das postagens. Desta maneira, as mensagens postadas no aplicativo, servem como um desenho normativo das ações, o que permite sua análise.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A realização desta pesquisa envolveu uma análise verbo-visual de discursos multimodais no aplicativo WhatsApp. Para essa análise, selecionamos três fragmentos de práticas discursivas de diferentes usuários desse aplicativo.

No aplicativo WhatsApp há uma predominância do status de independência absoluta da imagem em relação ao texto verbal nos sujeitos analisados, pois ela exerce papel relevante para a construção do enunciado digital com caráter informativo no contexto dialógico pesquisado. O

processo de letramento digital dos sujeitos participantes da pesquisa contribuiu para este uso, garantindo rapidez e expressão diferenciada de ideias complexas. Em relação aos papéis da imagem nas práticas discursivas analisadas, nesse aplicativo, destacam-se:

- Os sujeitos dialógicos inter-relacionaram texto verbal/ escrito e imagem de formas diversas.
- As práticas discursivas multimodais são favorecidas, tendo em vista os recursos disponíveis nesse aplicativo, o contexto e o propósito da interação, assim como o grau de intimidade dos sujeitos e o tempo de uso do WhatsApp.

Ademais, podemos inferir que este grupo de profissionais encontrou neste aplicativo uma forma de minimizar a dificuldade de comunicação, causada pelo distanciamento social derivado da pandemia e, para além de fortalecer as relações sociais, deram encaminhamentos a ações formativas e informativas do seu campo de trabalho.

## 6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei nº 9.204, de 23 de novembro de 2018. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 225, 24 nov. 2018. Seção 1, p. 41.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria Nº 1.602**, de 28 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a implementação, junto às redes de educação básica municipais, estaduais e do Distrito Federal, das ações do Programa de Inovação Educação Conectada, instituído pelo Decreto no 9.204, de 23 de novembro de 2017. Brasília, DF, 2017.

CATALINA, Rita; CAREGNATO, Aquino; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Texto Contexto Enferma, Florianópolis, 2006 Out-Dez; v. 15. n.4. P 679-684.

CURY, C. R. J. **A Educação Infantil como direito**. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Ensino Fundamental. Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil, v. 2. . Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

FONTE, Renata da; CAIADO, Roberta. **Práticas discursivas multimodais no WhatsApp: uma análise verbo-visual** . Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - v. 10 - n. 2 - p. 475-487 - jul./dez. 2014.

MARTINEC, R. & SALWAY, A. **A system for image-text relations in new (and old) media. Visual Communication**. 2005. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/dialogodasletras/article/view/2135>. Acessado em: 25/07/2020.

MOREIRA, J. HENRIQUES, A; BARROS, D. (2020). **Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia**. Dialogia. n34. p..351-364.

VIANA, Nildo. **Adorno: educação e emancipação**. 2005. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/resafe/article/viewFile/5478/4585>. Acesso em: 23 maio 2020.

---

[1][1] AD da linha francesa. que articula o linguístico com o social e o histórico.



